

Professores da UFMG são nomeados para cargos no governo federal

ufmg.br/comunicacao/noticias/professores-da-ufmg-sao-nomeados-para-cargos-no-governo-federal

Notícias Externas

Débora Freire e Raoni Rajão assumem, respectivamente, posições estratégicas nos ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente; Wagner Corradi continua na direção de laboratório vinculado ao MCTI

quinta-feira, 2 de fevereiro 2023, às 13h02 atualizado em sexta-feira, 10 de março 2023, às 09h38



Esplanada dos Ministérios será local de trabalho de professores da UFMG cedidos ao governo federal

Foto: José Cruz | Agência Brasil

A professora Débora Freire, do Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas (Face), e o professor Raoni Rajão, do Departamento de Engenharia de Produção da Escola de Engenharia, foram nomeados para cargos no terceiro mandato do presidente Lula. Enquanto Rajão vai dirigir o Departamento de Políticas de Controle de Desmatamento e Queimadas do Ministério do Meio Ambiente, Débora está assumindo a Subsecretaria de Política Fiscal do Ministério da Fazenda. O professor Wagner Corradi,

do Departamento de Física do Instituto de Ciências Exatas (Icex), permanecerá na direção do Laboratório Nacional de Astrofísica, cargo que ocupa desde 2020. O órgão é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Para os professores, as nomeações para postos no governo complementam as suas atuações como servidores públicos que, no âmbito da Universidade, ensinam e desenvolvem pesquisas que podem ser aplicadas em políticas públicas. “Assumir essa posição é um grande desafio porque será uma oportunidade de pôr em prática tudo o que pesquisei ao longo da minha carreira. Minha atuação será no campo técnico, mas participar de decisões será importante e me dará uma nova bagagem que, futuramente, poderei compartilhar com os alunos na UFMG”, conta Débora Freire, que também é pesquisadora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Face.

A Subsecretaria de Política Fiscal, onde Freire vai atuar, está vinculada à Secretaria de Política Econômica e tem a atribuição de avaliar temas que são de interesse de implementação no Ministério da Fazenda, como as políticas fiscais. Entre os principais temas que serão trabalhados por sua equipe no governo federal estão a implementação da nova regra fiscal e a reforma tributária.

“Vamos atuar na geração de subsídios que embasem as decisões do Ministério, realizando pesquisas e analisando os impactos de políticas públicas. Nosso trabalho vai subsidiar as decisões para que elas sejam tomadas sempre dos pontos de vista analítico e científico”, explica a professora.

Enfrentando o desmatamento

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Brasil passa por um momento crítico no que se refere às taxas de desmatamento. Na Amazônia Legal,



Débora Freire: decisões devem ser tomadas de forma analítica e científica Foca Lisboa / UFMG

a área deflorestada alcançou 10.267 km² de janeiro a dezembro do ano passado. O Observatório do Clima estima crescimento de 60% do desmatamento no país nos últimos quatro anos.

O professor Raoni Rajão conta que se sente honrado em atuar na linha de frente da pasta que combaterá as altas taxas de desmatamento no país. Ele diz que se interessou pelo uso de dados para a implementação de políticas públicas ainda na graduação, quando se formou em Ciência da Computação e trabalhou na Prefeitura de Milão, na Itália, sugerindo a criação de políticas públicas na área de trânsito urbano e poluição do ar.

Rajão especializou-se na área de análise de dados e, posteriormente, passou a integrar o grupo de pesquisadores do Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) do Instituto de Geociências (IGC) da UFMG, que desenvolve estudos em análise e modelagem de sistemas ambientais, incluindo suas aplicações no desenho e na avaliação de políticas públicas.

“No CSR passei a usar o monitoramento por satélite para a detecção do desmatamento e para a elaboração de políticas públicas que o controlassem. Já conhecia a ministra Marina Silva, e o convite para assumir o Departamento de Políticas de Controle de Desmatamento e Queimadas mostra o esforço do Ministério do Meio Ambiente em ser um órgão de frente ampla, onde a academia terá papel muito importante. A ciência de ponta vai integrar as políticas públicas.”

Continuidade nos trabalhos

O professor do Departamento de Física Wagner Corradi permanece no cargo de diretor do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), que assumiu em 2020. Vinculado ao MCTI, o Laboratório está localizado em Itajubá, no Sul de Minas, e abriga uma das mais importantes infraestruturas da astronomia



Rajão: ciência é essencial para a criação de políticas públicas
Foca Lisboa/UFMG

brasileira, que é responsável por gerenciar a infraestrutura observacional e fabricação de instrumentos astronômicos.

Como assumiu o Laboratório durante a pandemia da covid-19, os três primeiros anos de seu mandato foram marcados por desafios, conta Corradi. “Nosso objetivo era manter a operação do Laboratório durante a pandemia, seguindo todas as recomendações de distanciamento. Agora daremos seguimento ao que havia sido planejado antes da crise sanitária”, diz.



Corradi: experiência como professor será útil à implementação de novos projetos no LNAFoto: arquivo pessoal

O professor informa que uma das realizações dos primeiros três anos de sua gestão foi o início das obras para a construção de uma nova infraestrutura que possibilitará incrementar a fabricação de novos equipamentos. “Os telescópios são muito grandes, então precisávamos de um espaço maior. Além disso, a astronomia lida com um volume de dados gigantesco, e, à medida que os telescópios descobrem novidades, precisamos acompanhar e monitorar os fenômenos, o que demanda novos instrumentos e tecnologias”, justifica.

A atuação do professor no Ministério também possibilita ações voltadas para o ensino da astronomia no Brasil, uma vez que pretende implementar cursos para formação de astrônomos e engenheiros da área. “Queremos realizar a formação científica de profissionais por meio de parcerias com instituições de ensino, envolvendo estudantes de diversos níveis técnicos e jornalistas”, conclui.

Ipea

Egressa da UFMG, a economista Luciana Mendes Santos Servo assumiu a presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão subordinado ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Luciana Servo é doutora em economia pela Face (defendeu em 2020 a tese *O processo de regionalização da saúde no Brasil: acesso geográfico e eficiência*) e mestre, também em economia, pela Universidade de São Paulo (USP). Ela é a terceira mulher – a primeira negra – a assumir a direção do órgão, onde atua como servidora desde 1998.

Luciana vinha trabalhando em projetos focados na área de saúde, como *Avaliação de políticas de saúde, Prioriza SUS, Contas SHA para o Brasil e Conta satélite de saúde*.